Mercado S/A



AMAURI SEGALLA
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

Roberto Campos Neto não dá pistas sobre qual caminho deverá tomar

Mercado financeiro endossa críticas ao Banco Central

Depois de diversos economistas criticarem a política de juros altos do Banco Central, agora é o mercado financeiro que entra no time dos descontentes. Em entrevista para o podcast Market Makers, Pedro Cerize, presidente da casa de análises Inv e fundador da Skopos Investimentos, disse que o Brasil "tem o pior Banco Central do mundo". Não é uma voz isolada. Em mais de uma ocasião, Rogério Xavier, sócio da gestora SPX, reclamou da postura do BC. Segundo Xavier, o banco exagerou na dose tanto quando baixou demais a Selic (taxa básica da economia) e agora o risco fiscal não justifica o atual nível de juros. Ele tem razão? A verdade é que a economia brasileira permanece engessada com os juros nas alturas, sem espaço para voltar a crescer. A pressão sobre o Banco Central aumenta, mas o presidente Roberto Campos Neto não dá pistas sobre qual caminho deverá tomar. A próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), do BC, será realizada no início de maio.

Inversa/Divulgação



Breno Fortes/CB/D.A Press



Indústria brasileira de fertilizantes investirá R$ 21 bilhões em 4 anos

No início da guerra entre Rússia e Ucrânia, os agricultores brasileiros temiam o desabastecimento de fertilizantes, já que boa parte dos produtos importados vinham daquela região. Pouco mais de um ano depois, a situação normalizou-se com a chegada de novos fornecedores, especialmente do Canadá e China. No futuro, o cenário ficará melhor. Segundo balanço do Sinprifert, o sindicato da indústria do setor, nos próximos 4 anos serão investidos R$ 21 bilhões na expansão da produção nacional de fertilizantes.

Pedidos de recuperação judicial disparam em 2023

Os juros altos e a consequente falta de crédito têm complicado a vida de muitas companhias brasileiras. Um novo estudo realizado pela Alvarez & Marsal, consultoria especializada em reestruturação de empresas, estima que, em 2023, pelo menos 1,3 mil deverão entrar com pedido de recuperação judicial. Os dois primeiros meses do ano já ligaram o sinal de alerta, com 195 casos registrados. São dados alarmantes. Para efeito de comparação, em 2022 foram 866 episódios de recuperação judicial.

Volks espanta crise e contrata para fábrica em São Paulo

Nos últimos dois anos, a indústria automotiva ficou marcada pela paralisação temporária das operações nas fábricas, corte de pessoal e vendas em queda. O cenário está longe de ser revertido, mas algumas nuvens carregadas começam a ficar para trás. A Volkswagen anunciou a contratação de 100 funcionários para a planta de São Bernardo do Campo (SP), uma surpresa diante dos desafios enfrentados pelo setor. O mercado aguarda com expectativa a queda de juros para acelerar os negócios.

RAPIDINHAS

» ***A Índia está de olho no etanol brasileiro. Em evento recente, a cônsul Manisha Swami afirmou que seu país elevará a mistura de etanol na gasolina do patamar atual de 10% para 20% a partir de 2025. "Vamos investir no etanol com o objetivo de reduzir as emissões de gases de efeito estufa, já que temos a quarta frota automobilística mundial", disse.***

» *A fabricante de papel e celulose Paper Excellence planeja investir R$ 16 bilhões na expansão de suas atividades no país. Segundo a empresa, os recursos serão destinados principalmente para a ampliação da planta industrial em Três Lagoas (MS), Antes, contudo, é preciso resolver a disputa judicial com a J&F pelo controle da Eldorado Celulose.*

» ***Algumas empresas da indústria automotiva têm conseguido driblar a crise que afeta o setor. A fabricante catarinense de peças Riosulense cresce ao ritmo de 20% ano desde 2018, e espera avançar 25% em 2023. A companhia atribui o resultado a inovações como a impressão 3D de protótipos.***

» *Um programa lançado recentemente pela Comgás, maior distribuidora de gás canalizado do país, para a contratação de mulheres com mais de 40 anos, começa a trazer resultados. Em 2021, elas representaram 26% do quadro total de funcionários. Atualmente, o índice é de 32%. O combate ao etarismo avança no mundo corporativo.*

65%

dos profissionais brasileiros afirmam que a pandemia fez com que reavaliassem o papel do trabalho em suas vidas, segundo pesquisa da Gartner

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



"Nossa agropecuária é provavelmente a única capaz de ampliar a presença nos mercados globais. Hoje, o setor gera oitenta vezes mais riqueza do que há cinco décadas"

Mailson da Nóbrega, *economista e ex-ministro da Fazenda*

»PONTO A PONTO | MAURO SILVA | PRESIDENTE DA UNAFISCO NACIONAL

Palestrante do próximo **Correio** Talks sobre reforma tributária defende mudanças para reduzir as desigualdades do atual sistema

Uma via para a justiça fiscal

» TAÍSA MEDEIROS

Discutida há mais de 30 anos e com pelo menos seis propostas de emendas à Constituição (PECs) e um projeto de lei no Congresso Nacional, a reforma tributária é vista como uma maneira de revisitar a organização do sistema de impostos brasileiro, otimizando seu funcionamento e corrigindo distorções. A promessa do governo é avançar, finalmente, nesse tema e, desde fevereiro, a Câmara dos Deputados instituiu um Grupo de Trabalho (GT), para discutir as duas propostas de reforma tributária mais recentes do Congresso: a PEC 110/2019, do Senado, e a PEC 45/2019, da Câmara.

O plano é que as duas medidas sejam unificadas a partir dos debates originados no GT. De acordo com o secretário especial do Ministério da Fazenda para a reforma tributária, Bernard Appy, as mudanças nos impostos brasileiros devem ocorrer em duas etapas. A primeira delas é a tributação sobre o consumo — discussão que está amadurecida no Legislativo. Feita esta etapa, seria alterado, então, o imposto sobre a renda.

No meio das discussões, cada grupo de interesse tende a perseguir melhores condições fiscais para seu setor ou categoria. Para a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, o Unafisco, a reforma tributária é "um caminho para que possa ser alcançada a justiça fiscal", define o presidente da Unafisco Nacional, Mauro Silva. "Sem ela, as desigualdades regionais e sociais poderão até mesmo continuar aumentando, assim como a defasagem no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB)", afirma.

Com o objetivo de discutir sobre a importância e complexidade do tema, o **Correio Braziliense** *promove, na próxima quarta-feira (12), o Correio Talks com o tema "Reforma Tributária: o Brasil quer impostos justos". O debate reunirá diversos especialistas da área econômica, como a própria Unafisco, e será transmitido ao vivo nas redes sociais do jornal. Confira a entrevista de Mauro Silva ao* **Correio***:*

Wallace Martins/Esp. CB/D.A Press



REFORMA TRIBUTÁRIA

A Unafisco Nacional entende que a reforma é um caminho para que possa ser alcançada a justiça fiscal, o crescimento mais consistente do PIB e a geração significativa de emprego e renda. Mas é preciso incluir nela a tributação do patrimônio, da renda, especialmente na parte dos lucros e dividendos,para além da reforma sobre o consumo. Não há empecilho para que outras propostas ocorram de forma concomitante à do consumo, trata-se de uma escolha política.

DESIGUALDADES

As consequências que se sobressaem são o desenvolvimento econômico defasado e o aumento das desigualdades regionais e sociais. A enorme quantidade de leis, o volume do contencioso judicial e administrativo e o custo de conformidade tributária são alguns dos fatores que desestimulam os investimentos. A não correção da tabela do Imposto de Renda e a não tributação dos lucros e dividendos, por exemplo, violam o princípio constitucional de igualdade no que se relaciona à capacidade contributiva. Além disso, a existência da guerra fiscal entre estados, proveniente da disputa pela cobrança de tributos, enfraquece o federalismo brasileiro e acaba beneficiando apenas algumas empresas.

REDESENHO

O redesenho do sistema tributário é uma medida imperativa haja vista que afeta as famílias brasileiras, na qualidade de contribuintes, e os entes federativos que disputam uns com os outros pela legitimidade da cobrança de determinado tributo. Também é preciso considerar a complexidade oriunda da existência de 27 diferentes legislações de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e dezenas de legislações de ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza). Isso tudo afeta o custo das empresas e desestimula o investimento e a geração de emprego e renda.

IMPOSTO ÚNICO

É preciso calibrar bem a setorização de alíquotas do imposto único, o novo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) subnacional, para não onerar demasiadamente alguns setores que hoje estão alinhados com outro nível de alíquotas. Uma calibragem mal feita pode transferir para a classe média um peso enorme e desproporcional da carga tributária, especialmente no que se relaciona com a tributação da saúde e da educação.

DISTORÇÕES

As classes média e baixa são as mais afetadas com o sistema tributário vigente, pois arcam com uma carga tributária proporcionalmente mais elevada que os mais ricos. A correção da tabela do Imposto de Renda, assim como a reforma da tributação do patrimônio e herança seriam fundamentais para promover maior equidade entre as faixas de renda e podem ser realizadas neste momento, de forma simultânea à reforma tributária sobre o consumo.

DEMORA

A primeira proposta de reforma tributária sobre o consumo foi a PEC 175/1995. É um tema pertinente à agenda tributária há muito tempo. A discussão enfrenta resistência por setores beneficiados pelo sistema atual, bem como assusta os entes federativos com medo de perder receitas.

EXPECTATIVA

É possível concluir a reforma ainda este ano, se observarmos , na prática das duas casas do parlamento, o empenho prometido pelo governo e se o presidente Lula usar a sua tão bem conhecida e respeitada capacidade de negociação que foi destacada nos dois primeiros períodos como presidente.

JUSTIÇA FISCAL

Ela é fundamental nesse sentido, pois é capaz de corrigir as distorções presentes no sistema atual, mas deve englobar a reforma sobre a renda, patrimônio, lucros e dividendos e o financiamento da previdência, haja vista que a reforma tributária sobre o consumo, por si só, não será capaz de corrigir todos os problemas, especialmente aqueles relacionados à justiça fiscal. Sem ela, as desigualdades regionais e sociais poderão até mesmo continuar aumentando, assim como a defasagem no crescimento do PIB. Serão majoritariamente afetadas as famílias de classe média e baixa, que atualmente são excessivamente oneradas e por não serem beneficiadas pelo aumento na oferta de empregos.